

ISENÇÃO JÁ

Tentativas de condicionar a votação do IR à anistia para condenados pelos atos de 8/1 não prosperaram. Hugo Motta cravou: IR vai a voto “independentemente de qualquer outra matéria”. Para Haddad, atrelar as agendas desvirtua uma pauta de justiça social.



Foto: Jullia Marques/Agência Brasil

focus
BRASIL

“É uma reparação”: Lula e Haddad defendem isenção do IR; Câmara vota projeto nesta quarta-feira

“Os olhos do mundo devem estar em Gaza”, diz Luizianne Lins, deputada que integra flotilha Global

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Áraabe, Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres), Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Já está disponível para compra o novo livro do jornalista e dirigente político Alberto Cantalice.

Intitulada Qual socialismo? A busca incessante por uma nova utopia, a obra faz uma análise profunda sobre os caminhos da esquerda no Brasil e no mundo, resgatando experiências históricas e propondo reflexões para o futuro do campo progressista.



Publicado pela Hucitec Editora, o livro pode ser adquirido diretamente no site da editora e na Amazon.

»» PROGRAMA Reconexão Periferias

exibido quinzenalmente, às
terças, 17h no canal da FPA

▶ ACOMPANHE : ▶ /FundacaoPerseuAbramo



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores





Da campanha ao Congresso

A Câmara vota nesta quarta (1º) a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para até R\$ 5 mil. Promessa de campanha de Lula, o projeto pode dobrar o número de trabalhadores isentos, alcançar até 20 milhões de brasileiros e é tratado pelo governo como resposta às ruas. **pág. 04**

CAPA

Promessa de campanha de Lula, Câmara vota projeto de isenção do IR nesta quarta-feira **pág. 04**

Justiça fiscal: a verdade sobre as mudanças no Imposto de Renda

pág. 07

BRASIL

Segunda edição do “Enem dos Concursos” registra 761,5 mil inscritos e amplia diversidade **pág. 08**

Ser mãe no Brasil é fator de risco social, aponta pesquisa **pág. 10**

“Não há democracia plena sem a voz das mulheres”, diz Lula na 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres **pág. 13**

ENTREVISTA

“A voz das ruas tem peso. Foi isso que derrubou a PEC da Blindagem” - Teresa Leitão **pág. 15**

ECONOMIA

Ocupação e renda batem recorde histórico, aponta IBGE **pág. 21**

POLÍTICA

CPMI do INSS: Careca depõe e presidente da Conafer é preso **pág. 23**

Semana em Debate analisa Lula na ONU e o recuo da extrema direita **pág. 25**

Atacar o PT, a UNE e o governo Lula no Movimento Estudantil seria uma linha-auxiliar da extrema direita nas universidades? **pág. 26**

CULTURA

Apoio do Estado ao audiovisual brasileiro é o maior em dez anos, aponta MinC **pág. 28**

INTERNACIONAL

Discurso, declarações e encontros: os destaques de Lula na 80ª Assembleia da ONU **pág. 29**

“Os olhos do mundo devem estar em Gaza”, diz Luizianne Lins, deputada brasileira que integra flotilha Global **pág. 31**

Berlim tem maior marcha pró-Palestina desde o início da guerra em Gaza **pág. 33**

ARTIGO

Yu Kongjian: o arquiteto das Cidades-Esponja, que fez da natureza sua obra **pág. 34**



Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados

Promessa de campanha de Lula, Câmara vota projeto de isenção do IR nesta quarta-feira

Após reunião no Planalto, Hugo Motta confirma votação do projeto que amplia isenção do Imposto de Renda; Lula e Haddad defendem medida como promessa de campanha e resposta às ruas, enquanto governo rechaça tentativa de atrelar pauta à anistia

Guto Alves

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu nesta terça-feira (30/9) o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), em um al-

moço no Palácio do Planalto.

Ao fim do encontro, Motta garantiu que a proposta de ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda será votada no plenário da Câmara nesta quarta-feira, 1º de outubro. “Está marcada para amanhã”, disse, ao lado da ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, que também participou da reunião.

A declaração confirmou a prio-

ridade do projeto do governo, que eleva a faixa de isenção do Imposto de Renda para todos os que ganham até R\$ 7,5 mil. A medida, promessa de campanha de Lula em 2022, se tornou um dos pontos mais aguardados da agenda econômica do governo. “Estamos reparando uma distorção histórica. Quem ganha menos, paga menos ou nada; quem ganha muito, passa a contribuir de forma justa”, re-

sumiu o presidente.

A votação marca, também uma derrota da articulação bolsonarista, que apostava no naufrágio da pauta. A iniciativa ganhou contornos de urgência política após a polêmica tentativa de atrelar sua votação ao debate sobre a anistia a condenados por participação nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reagiu com dureza: “Nem me passa pela cabeça que isso possa estar sendo discutido, porque é uma loucura. Você vai submeter um projeto de justiça social, de justiça tributária, a isso? Em vez de ser um dia de festa, que dia é esse?”, questionou, em tom de indignação.

Hugo Motta chegou a reforçar que a votação do Imposto de Renda ocorrerá independentemente de outras pautas, negando qualquer associação com o projeto de anistia. “Não há vinculação. Essa foi uma associação feita de maneira incorreta. Esta Casa irá apreciar a votação da isenção do

IR para aqueles que ganham até R\$ 5 mil. Mais de 15 milhões de brasileiros e brasileiras serão beneficiados com essa medida.”

O objetivo do Governo Federal é que, a partir de 2026, a nova regra esteja em vigor de forma integral. Com isso, quem recebe até R\$ 5 mil por mês ficará isento do pagamento do Imposto de Renda.

“Estamos falando de neutralidade fiscal: não aumenta um centavo no governo, mas devolve renda ao povo”, destacou o Presidente Lula

Já os contribuintes com renda entre R\$ 5 mil e R\$ 7.350 contarão com um desconto parcial na tributação.

Mais do que uma alteração tributária, a votação tem peso simbólico. O governo trata o projeto como resposta direta à mobilização popular do último 21 de setembro, quando centenas de milhares de brasileiros foram às ruas em defesa de justiça social e contra pautas como a anistia aos golpistas.

“Esse é um projeto de sociedade, não apenas de governo”, afirmou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A declaração foi dada em entrevista ao Podcast 3 Irmãos, no sábado (27), esquentando o termômetro do tema com a sociedade.

“Estamos falando que pouco mais de 100 mil pessoas, que ganham acima de R\$ 600 mil por ano, vão contribuir para que milhões deixem de pagar Imposto de Renda. É simples assim. É apenas uma reparação”, afirmou o presi-



Ricardo Stuckert/PR

Em março deste ano, o Presidente Lula enviou ao Congresso projeto de lei que com potencial de beneficiar 10 milhões de brasileiros com a ampliação para R\$ 5 mil da faixa de isenção do Imposto de Renda



“O projeto pode dobrar o número de trabalhadores isentos, passando de 10 para 20 milhões”, afirmou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad

dente Lula em evento que marcou o envio do projeto ao Congresso, em março deste ano.

O presidente ressaltou ainda que a medida cumpre promessa feita em campanha. “Esse projeto não aumenta a arrecadação do governo em um centavo. Ele aumenta algumas centenas de reais no bolso do povo pobre, para que volte a ser mais cidadão do que é hoje.”

Justiça tributária em disputa

Atualmente, estão isentos do Imposto de Renda aqueles que recebem até R\$ 2.824. Com a aprovação do novo modelo, o número de trabalhadores isentos pode dobrar, saltando de 10 milhões para 20 milhões de brasileiros. O texto prevê ainda uma alíquota mínima de 10% sobre super-rendimentos, como lucros e dividendos, hoje isentos.

Para Haddad, a compensação prevista — tributação mínima de super-rendimentos — é sólida e coerente. “Estamos falando de um quinto de 1% da popula-

ção, que hoje paga muito pouco ou nada. Esse projeto coloca um enfrentamento decisivo para nós brasileiros: queremos estar também entre as nações mais justas.” O ministro defendeu ainda que a medida movimentará a economia, ao injetar renda diretamente no consumo das famílias.

O relator do texto é o deputado Arthur Lira (PP-AL), que defendeu um “debate técnico” e costurou apoio entre bancadas. Na avaliação de Gleisi Hoffmann, a medida deve ter tramitação rápida também no Senado. “Chegando lá, não demora muito a votar”, disse a ministra.

Promessa de campanha no Plenário

Mais do que aliviar o bolso de milhões de brasileiros, a proposta tem peso estratégico para a popularidade do governo às vésperas das eleições de 2026. “Essa renda em circulação significa crescimento da economia, significa a roda da economia girar”, afirmou a ministra Gleisi Hoffmann.

Lula, em solenidade no Planal-

to, foi direto: “Esse projeto não aumenta um centavo na renda do governo. O que vai aumentar são algumas centenas de reais no bolso do povo pobre, para que ele volte a ser mais cidadão do que é hoje”.

Para o governo, aprovar o texto é mais do que cumprir uma promessa: é sinalizar que as demandas das ruas estão sendo ouvidas. “A roda da economia precisa girar, e isso significa mais dinheiro em circulação, mais crescimento e mais qualidade de vida”, afirmou Gleisi Hoffmann.

Se aprovado pela Câmara, nesta quarta-feira (01/10), o projeto seguirá para o Senado, onde, segundo líderes, a tramitação deve ser rápida.

A expectativa do governo, segundo adiantou o ministro Fernando Haddad, é que projeto seja sancionado por Lula ainda em outubro, consolidando a maior mudança na tabela do Imposto de Renda em décadas e reforçando o compromisso com uma política de justiça social que responda à mobilização popular.



Justiça fiscal: a verdade sobre as mudanças no Imposto de Renda

A Revista Focus Brasil desmonta as fake news da extrema direita e explica, ponto a ponto, como funciona o projeto

Henrique Nunes

O Imposto de Renda da Pessoa Física deve passar por uma das maiores mudanças das últimas décadas. O projeto de lei enviado pelo governo ao Congresso amplia a faixa de isenção para todos os trabalhadores que recebem até R\$ 5 mil por mês. Se aprovado, o novo modelo entra em vigor em 2026 e representará um marco histórico de justiça fiscal, com alívio direto para a classe média e para milhões de brasileiros que ainda pagam imposto mesmo com salários baixos diante do custo de vida.

A proposta integra uma agenda mais ampla de reforma tributária progressiva, que busca corrigir distorções de um sistema que historicamente penaliza os mais pobres. Para compensar a ampliação da isenção, o governo prevê a

tributação de dividendos, lucros distribuídos e super-rendimentos, hoje pouco ou nada tributados. A lógica é simples: quem ganha menos paga menos ou nada; quem ganha muito contribui mais.

Segundo o Ministério da Fazenda, o número de trabalhadores isentos pode subir de 10 milhões para 20 milhões de pessoas. Além do impacto social, a medida deve estimular o consumo interno e fortalecer a economia ao aumentar o poder de compra das famílias. Para especialistas, trata-se de uma correção de rota que aproxima o Brasil de padrões internacionais de justiça tributária.

O debate, no entanto, tem sido contaminado por fake news e campanhas de desinformação ligadas a grupos da extrema direita. As narrativas falsas tentam pintar o projeto como inviável ou populista. A Focus Brasil reuniu os principais boatos e apresenta abaixo o que é mito e o que é verdade.

Fake news e verdades sobre o Imposto de Renda

Fake news: “A alíquota máxima do IR vai subir para 35%.”

Verdade: A alíquota máxima continua em 27,5%. Não há aumento para 35%.

Fake news: “O governo está criando um novo imposto.”

Verdade: Nenhum imposto inédito foi criado. O projeto prevê a tributação de rendimentos que hoje têm isenção, como lucros e dividendos, e de super-rendimentos.

Fake news: “Todo mundo vai pagar mais imposto.”

Verdade: Com a nova regra, até 20 milhões de contribuintes terão isenção ou desconto. Apenas quem tem rendimentos muito elevados poderá pagar mais.

Fake news: “A isenção para quem ganha até R\$ 5 mil já está valendo.”

Verdade: A medida ainda depende da aprovação do Congresso e só entra em vigor em 2026.

Fake news: “É uma medida populista que só prejudica os ricos.”

Verdade: O objetivo não é punir os mais ricos, mas garantir equilíbrio: os que ganham menos ficam desonerados; os que ganham mais contribuem de forma justa.



Com 761,5 mil inscritos confirmados, edição 2025 do “Enem dos Concursos” amplia acesso e diversidade no serviço público

Segunda edição do “Enem dos Concursos” registra 761,5 mil inscritos e amplia diversidade

Segunda edição do Concurso Nacional Unificado oferece 3.652 vagas em 32 órgãos federais, amplia cotas e mantém isenção de taxas. Provas acontecem em outubro e dezembro

Henrique Nunes

O segundo Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), conhecido como “Enem dos Concursos”, confirma-se como uma das principais políticas do governo federal para ampliar oportunidades e diversidade no serviço público. A edição

de 2025 registrou 761.528 inscrições confirmadas, consolidando a proposta de processos mais acessíveis, inclusivos e conectados às diferentes realidades regionais do país.

“O nosso objetivo é melhorar a prestação de serviço à população. O concurso é uma política pública no sentido de maior inclusão, para que a gente tenha um serviço público com a cara do Brasil. Mas o objetivo é trazer pessoas muito

engajadas e que estejam dispostas a servir à população”, afirmou a ministra da Gestão, Esther Dweck, em entrevista ao programa Bom Dia, Ministra.

Na estreia, em 2024, o CPNU mobilizou cerca de 2,1 milhões de inscritos para concorrer a 6.640 vagas em 21 órgãos federais, com provas aplicadas em 228 cidades. O modelo rompeu barreiras logísticas e ampliou o alcance para candidatos de regiões histórica-



A ministra da Gestão, Esther Dweck, destaca o CPNU como política pública de inclusão e eficiência no serviço público

mente menos atendidas pelos grandes concursos.

O alto índice de abstenção na primeira edição — mais da metade dos inscritos não compareceu às provas — levou a ajustes na edição de 2025. Foram adotados protocolos de segurança reforçados, identificação biométrica e por código de barras, além de campanhas de orientação mais claras para os candidatos.

Políticas afirmativas e inclusão

Mais de 250 mil inscrições foram homologadas nas cotas previstas em lei para pessoas negras, indígenas, quilombolas e com deficiência (PcD), consolidando a aplicação da Lei nº 15.142/2025, que reserva 30% das vagas para esses grupos.

A isenção da taxa de inscrição também segue como instrumento de equidade. O edital prevê isenção para inscritos no CadÚnico, doadores de medula, beneficiários do Fies e do Prouni, além de candidatos que se enquadrem em critérios de renda, evitando que o custo da inscrição exclua potenciais talentos.

O CPNU 2025 oferece 3.652 va-

gas em 32 órgãos federais, contemplando cargos de níveis médio e superior, distribuídos em nove blocos temáticos. As provas objetivas serão em 5 de outubro e a discursiva em 7 de dezembro.

Novidades e avanços

Entre as inovações desta edição está o aumento no número de órgãos participantes: de 21 em 2024 para 32 em 2025. A mudança amplia vagas em áreas estratégicas como saúde, educação, segurança e meio ambiente.

As provas serão aplicadas em dois turnos no mesmo dia, o que reduz custos logísticos e dá mais agilidade na correção e divulgação de resultados. Na segurança, além da biometria, o certame terá tecnologia antifraude baseada em rastreamento de cadernos e envelopes lacrados, em resposta a falhas detectadas no ano anterior.

O governo reforça que o CPNU é política de Estado, não apenas de governo: o modelo unificado diminui a pulverização de editais, reduz gastos e promove maior transparência. A expectativa é que o “Enem dos Concursos” se consolide como o principal canal de ingresso em carreiras federais. ■

Resultados sociais

Inscrições em cotas:

252.596 homologadas
(negros, indígenas, quilombolas e PcD)

Pessoas negras:

210.882 inscritos
(27,7%)

Indígenas: 6.657

inscritos (0,87%)

Quilombolas: 5.004

inscritos (0,66%)

Pessoas com deficiência (PcD):

30.053 inscritos
(3,9%)



Ser mãe no Brasil é fator de risco social, aponta pesquisa

No recorte racial, a vulnerabilidade se aprofunda. Confira breve panorama da maternidade brasileira a partir da pesquisa nacional da Fundação Perseu Abramo em parceria com SESC

Ana Clara Ferrari

Uma em cada quatro mães já sofreu violência de um homem e, quanto mais filhos, maior o risco de ser violentada. Este é um dos diversos marcadores de risco social que afeta as mães brasileiras cotidianamente, segundo a pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público privado” realizada pela Fundação Perseu

Abramo, por meio de seu Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (NOPPE), em parceria com o SESC.

O estudo revela que a experiência da maternidade transforma e aprofunda as diferentes formas de desigualdades a que as mulheres já são submetidas, como os preconceitos de gênero, classe e raça.

Ser discriminada por ser mãe, cuidar sozinha das crianças, sofrer violência física e psicológica, sobrecarga materna, abandono paterno, dentre outros colocam a

maternidade como um fator que empurra as mulheres brasileiras para situação de vulnerabilidade, que envolve fatores econômicos e sociais.

Em suma, ser mãe no Brasil não só é difícil, mas também perigoso por ser um fator de risco para a própria integridade. 25% das mães relataram que já sofreram algum tipo de violência, enquanto 20% das mulheres que não são mães afirmaram já ter passado. E a violência escala à medida que o número de filhos aumenta. 18% das mulheres com 1 filho re-

lataram ter sofrido violência, já para mulheres com 4 filhos a taxa aumenta 30%. Embora a taxa com 5 filhos ou mais tenha uma ligeira queda, o comportamento se aplica à regra geral da taxa de natalidade atual brasileira.

Discriminação

E se a violência escala à medida que os fatores da maternidade se aplicam, a discriminação na sociedade também se sobrepõe quando as mulheres se tornam mães. Duas em cada dez mulheres já se sentiram discriminadas por ser mulher, 21% por sua raça/cor e 15% por serem mães.

Ou seja, depois dos fatores de condição econômica, raça/cor e gênero, o fato de ser mãe é a principal causa de discriminação apontada pelas mulheres. Entre indígenas e amarelas, a maternidade como discriminação chega a 20%.

Essa realidade é bastante diferente entre os homens. A discriminação pelo fato de ser homem foi apontada por apenas 11% e 3% se sentiram discriminados por serem pais. A discriminação por gênero entre as mulheres é tão citada quanto a discriminação devido à condição econômica ou raça. Já entre os homens a discriminação por gênero é metade da discriminação sofrida por condição econômica ou raça.

Maternidade: Uma ponte que se atravessa sozinha (ou com outras mães)

Tornar-se mãe é uma ponte que se atravessa sozinha não só subjetivamente, mas também concretamente. Além de estarem expostas à violência e à discriminação,

as mães brasileiras também seguem solitárias na jornada da reprodução social da vida.

Quase 70% das mães são as principais responsáveis pelos cuidados com os filhos quando eles não estão na escola. E se ela precisa de ajuda? São outras mães que entram na jogada como a avó da criança (especialmente a materna) ou a sogra, segundo 23% das entrevistadas, para cuidar da criança. E o companheiro? Eles assumem o dever deles em apenas 11% dos casos.

Uma em cada quatro mães já sofreu violência; entre mulheres com quatro filhos, a taxa chega a 30% (Fundação Perseu Abramo/SESC)

Ser mãe consome mais tempo

Ser mãe acrescenta em mais de uma hora o tempo dedicado às tarefas domésticas em relação ao que as mulheres, no geral, já gastam. E a desigualdade já é brutal, porque as mulheres gastam mais que o dobro do tempo com as tarefas domésticas que seus cônjuges. 13h11' delas contra 5h48' deles (semanais). Já as mulheres com filhos gastam em média 14h55' nessas mesmas tarefas.

No que se refere às funções básicas da maternidade como dar banho, alimentar, levar o filho à escola ou ao médico, o abismo da desigualdade se repete. As mães

gastam, em média, 13h06 por semana, enquanto os seus parceiros gastam cerca de 5h06.

As mulheres que gastam, em média, mais tempo com os cuidados com crianças são as que têm filhos e idade 15 e 17 anos (38h31'), as pretas (15h03'), as com renda familiar entre 3 e

5 salários mínimos (16h04'), as que trabalham no mercado informal (15h14') e as estudantes que têm filhos (26h55'), as que residem na região sudeste (17h22') e solteiras (18h).

Entre as mulheres que têm filhos que moram exclusivamente com elas e não o/a outro/a responsável, as que gastam mais tempo, em média, com tarefas domésticas são as que não estão em outra relação ou casadas (13h50) e as que recebem pensão (13h14). Entre essas mães, as que usam mais tempo em cuidados com os filhos são também as que não estão em outra relação conjugal (22h41), nesse caso, as que não recebem pensão (18h58).

Mães de crianças e adolescentes.

No caso dos lares em que moram apenas as mães e seus filhos menores de 18 anos, pouco menos da metade (45%) recebe pensão ou alguma contribuição financeira para o sustento dos filhos. E mais da metade (58%) compartilha os cuidados da criança com o responsável. Já entre os homens, 59% dizem que pagam pensão ou contribuem financeiramente e 88% afirmam compartilhar os cuidados com as crianças.

Entre as mulheres que têm filhos que moram exclusivamente com elas e não o/a outro/a respon-

sável, as que gastam mais tempo, em média, com tarefas domésticas são as que não estão em outra relação ou casadas (13h50) e as que recebem pensão (13h14). Entre essas mães, as que usam mais tempo em cuidados com os filhos são também as que não estão em outra relação conjugal (22h41), nesse caso, as que não recebem pensão (18h58).

Em termos de políticas públicas de acesso à educação, o cenário também não é favorável para as mães brasileiras, sobretudo de crianças pequenas. Entre as mulheres com filhos menores de 18 anos que moram com ela, metade estão com os filhos matriculados em escolas de ensino fundamental, um terço em escolas de educação infantil e 20% em creches.

O ensino público e a jornada em período parcial predominam em todos os casos. A principal dificuldade das mulheres em relação às escolas de seus filhos diz respeito ao acesso às vagas, muitas vezes longe de casa e em períodos de aula inconciliáveis com sua jornada de trabalho.

As mulheres que mais utilizam as creches são as com renda familiar acima de 5 salários mínimos (29%), as da região Centro-Oeste (26%) e as solteiras (27%).

Ter filhos matriculados em escolas de educação infantil é mais frequente entre as que residem na região Norte (39%) e as separadas (38%). São também as separadas as que mais têm filhos matriculados no ensino fundamental (58%).

Para todos os níveis educacionais, predominam o ensino público e a jornada em período parcial. Apesar de baixo, as creches são o estabelecimento de ensino

que mais oferece período integral (9%). A jornada integral em escolas de educação infantil e de ensino fundamental contempla parcela muito pequena (4% das que têm filhos na educação infantil e 6% no ensino fundamental).

Padecer no paraíso

Diante de todos esses desafios, exercer a maternidade no Brasil é um desafio diário de sobrevivência de si e da criança. Enquanto o imaginário social do patriarcado impõe o ideal da maternidade como o princípio e o fim da realização e da felicidade das mulhe-

tores clássicos relacionados à maternidade como ser mãe, gerar, cuidar e educar. As piores coisas em ser mãe são apontadas como dores do parto, abandono paterno e a conciliação entre cuidado e sobrevivência, que pode ser interpretada como a sobrecarga materna.

Mas ainda que o paradoxo da maternidade seja generalizado, o cenário da maternidade brasileira não é o mesmo entre mulheres brancas e negras. Segundo a pesquisa, as mulheres pretas e pardas concentram maternidade múltipla e maiores percentuais de discriminação, enquanto as mães brancas aparecem mais representadas em contextos de postergação da maternidade e em redes de apoio.

Sobre a pesquisa

De abrangência nacional, a pesquisa busca acompanhar recuos e avanços sociais em relação ao enfrentamento às desigualdades de gênero ao longo de três décadas, investigando as realidades e percepções sobre questões como violência, saúde, trabalho, cuida-

dos, assim como a compreensão de novas demandas relacionadas às mulheres na sociedade.

Trata-se da terceira pesquisa realizada a respeito do tema, tendo sido a primeira investigação feita em 2001 e, a seguinte, em 2010. Esta terceira edição contou com duas etapas: uma fase qualitativa, realizada virtualmente em 2021, em decorrência da pandemia da Covid-19, composta por entrevistas feitas a 65 mulheres (cisgênero e transgênero). A fase quantitativa foi desenvolvida ao longo de 2023, por meio de entrevistas com 2.440 mulheres e 1.221 homens. ■

Quase 70% das mães são as principais responsáveis pelos cuidados com os filhos; pais assumem em apenas 11% dos casos (FPA/SESC)

res, as condições concretas para exercê-las são aterradoras.

O resultado da sensação de “ser mãe no Brasil”, portanto, não surpreende quando ele é apontado pelas mulheres ao mesmo tempo como orgulho e aprisionamento. Ao serem questionadas sobre “qual é a melhor coisa em ser mulher”, para o fator “ser mãe” observamos uma queda de 14 pontos percentuais em relação a 2010, embora ainda seja considerada uma das melhores coisas em ser mulher para 43% das entrevistadas.

De maneira geral, a melhor parte de ser mãe está situada em



Ricardo Stuckert / PR

O presidente Lula, a primeira-dama Janja e ministras durante a cerimônia de abertura da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em Brasília

“Não há democracia plena sem a voz das mulheres”, diz Lula na 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

Evento reúne mais de 4 mil mulheres em Brasília e marca retomada da principal instância de participação social para a igualdade de gênero no Brasil

Redação Focus Brasil

“Tudo isso existe porque vocês lutaram e foram capazes de construir. Avançamos muito, mas ainda há muito a ser conquistado”, afirmou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (5ª CNPM), realizada nesta segunda-feira (29/9), em Brasília.

O evento reúne mais de 4 mil participantes e simboliza a reconstrução de mecanismos democráticos após quase dez anos

sem conferência.

Em seu discurso, Lula destacou que o encontro é uma resposta aos retrocessos recentes e às tentativas de silenciar as mulheres. “Esta conferência é também um grito contra o silêncio. Um grito pela liberdade das mulheres falarem o que quiserem, quando quiserem e onde quiserem. Não há democracia plena sem a voz das mulheres. De todas as mulheres. Pretas, brancas, indígenas, do campo e da cidade”, afirmou.

Inclusão social e novos direitos

O presidente ressaltou o protagonismo feminino nos programas de inclusão social do governo, citando o Bolsa Família, o Farmácia Popular, o Minha Casa Minha Vida e o Prouni. Também anunciou avanços recentes: a sanção da Lei nº 15.222/2025, que amplia a licença-maternidade em até 120 dias após a alta hospitalar, e da Lei nº 15.221/2025, que institui a Semana Nacional de Conscientização sobre os Cuidados com Gestantes e Mães.

Na cerimônia de abertura, Lula enfatizou que políticas públicas só serão eficazes se construídas de forma transversal e



Antonio Cruz/Agência Brasil

cooperativa entre União, estados e municípios. “Somente quando construídas de forma compartilhada, essas políticas serão capazes de contemplar as diversidades e particularidades que marcam a vida de mais de 100 milhões de brasileiras”, declarou.

Compromisso coletivo

Com o tema “Mais Democracia, Mais Igualdade, Mais Conquistas para Todas”, a 5ª CNPM foi organizada pelo Ministério das Mulheres e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). A ministra Márcia Lopes afirmou que o encontro é fruto da mobilização popular. “Tentaram nos calar, mas não conseguiram. Esta conferência é a realização de um sonho coletivo, que percorreu todo o Brasil e trouxe até aqui milhares de mulheres”, disse.

Ex-presidenta Dilma Rousseff,

hoje no comando do Banco dos BRICS, também enviou mensagem. “Esta Conferência é mais do que um espaço de debate, é a expressão viva da democracia participativa. Este reencontro, quase dez anos depois, tem uma força ainda maior, porque superamos um período de retrocessos e de ataques às conquistas democráticas”, afirmou.

Diversidade e protagonismo

As etapas preparatórias mobilizaram mais de 156 mil brasileiras em conferências municipais, estaduais, distrital e encontros temáticos. Em Brasília, lideranças femininas de movimentos sociais reforçaram a centralidade da diversidade: mulheres negras, trabalhadoras rurais, indígenas, lésbicas e trans marcaram presença

com falas que destacaram suas pautas específicas.

“Não há democracia possível sem a centralidade das mulheres negras que são a maioria da população brasileira”, afirmou Sandrali Bueno, do CNDM. Já Josi Kaigang, da Marcha das Mulheres Indígenas, ressaltou a luta pela demarcação de terras e a defesa das novas gerações. Bruna Benevides, da Marcha da Visibilidade Trans, destacou: “Esta Conferência é histórica porque é marcada pela diversidade e representatividade na prática”.

As propostas discutidas ao longo do evento servirão de base para a atualização do novo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Além dos debates, a programação inclui feiras, mostras culturais e de economia solidária, reforçando o caráter democrático e plural da conferência. ■

“A voz das ruas tem peso. Foi isso que derrubou a PEC da Blindagem”

Em entrevista, a senadora Teresa Leitão (PT-PE) defende o Sistema Nacional de Educação, critica a Câmara por “chantagens” e alerta que a anistia é tão perversa quanto a PEC da Blindagem

Fernanda Otero

No olho do furacão em Brasília, a senadora Teresa Leitão (PT-PE) atendeu a Focus Brasil para uma conversa sobre os rumos da política nacional. Entre votações decisivas e manifestações que voltaram a encher as ruas, ela foi enfática: “A voz das ruas tem peso. Foi isso que derrubou a PEC da Blindagem”.

Ao falar sobre a pauta educacional, lembrou que o Senado deve votar no próximo dia 7 de outubro o projeto que cria o Sistema Nacional de Educação. “O sistema vem responder a uma demanda prevista na Constituição e na LDB, mas sempre adiada. É fundamental para dar coordenação e corres-

ponsabilidade entre União, estados e municípios”, afirmou.

Na avaliação da parlamentar, a Câmara tem se mostrado refém de “chantagens” e interesses privados, enquanto o Senado começa a assumir uma posição mais firme em pautas estratégicas. “Centos e poucas mil pessoas vão contribuir para a isenção do Imposto de Renda de 10 milhões. Isso é justiça tributária. E é isso que o povo espera”, declarou.

Mobilização, anistia e planos para a educação

Na entrevista, Teresa Leitão destacou o papel das ruas na derrota da PEC da Blindagem e fez um alerta sobre a tentativa de aprovar a PEC da Anistia: “A anistia é tão perversa para a democracia quanto a PEC da Blindagem”.

Sobre o Plano Nacional de Educação, apontou como gargalos o financiamento e o combate à violência de gênero.

Entre críticas e propostas, a senadora avaliou ainda a relação do governo com o Congresso e comentou o cenário internacional após o discurso de Lula na ONU. “Foi um momento histórico, uma fala de estadista.”

A íntegra da entrevista pode ser lida a seguir.

- O senado deve votar no dia 7 de outubro, o projeto de lei sobre o Sistema Nacional de Educação (SNE) que foi aprovado no Senado em 2022 e voltou da Câmara, na forma de substitutivo. Qual a importância de aprovar o sistema, isso causa algum impacto na tramitação do Plano Nacional de Educação?

- O Sistema Nacional de Educação é uma previsão de estruturação da educação no Brasil em todas as unidades federativas. É o Sistema Nacional que vai prever de maneira mais efetiva a relação entre os entes federados, a União, os estados e os municípios. E isso é devido à educação do Brasil há muito tempo, porque ele foi previsto na Constituição, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e a gente ficou sempre aguardando o momento certo para elaborar uma proposta, fazê-la tramitar e melhorar essa relação, porque isso tem impacto tanto no financiamento da educação quanto nas responsabilidades: na formação de professores, na valorização, na implementação do piso; então, é uma estruturação da educação no Brasil. Como temos um sistema de república federativa, os entes federados precisam de uma coordenação, e hoje temos esse sistema.

Ficamos sem essa coordenação federativa durante os últimos

anos, depois do golpe e no governo Bolsonaro, e isso prejudicou muito. Um exemplo mais cruel dessa falta de coordenação federativa foi a pandemia, em que os estados e municípios tiveram que costurar por si só, alternativas para tratar das pessoas, mas na educação isso também acontece.

O que a lei determina é que exista um sistema que funcione com divisão de responsabilidades. A União tem a sua rede federal de educação, que é composta pelas universidades públicas, pela rede de educação técnica dos institutos federais de educação e pelas escolas de aplicação vinculadas às faculdades de educação. A educação básica é dividida, é de competência dos estados e municípios.

Os estados, por uma questão de regime de colaboração, se responsabilizam, sobretudo, pelo ensino médio. O ensino fundamental é dividido entre município e estado, a educação infantil é de competência dos municípios. Mas essa divisão, que é o chamado re-

gime de colaboração, ainda é pequena, ainda é deficitária para dar conta da grande responsabilidade de afirmar a educação como direito de todas e de todos, de cada um e de cada uma, para afirmar a educação em índices adequados de acesso, de permanência, de qualidade e de universalização.

Assim, o Sistema Nacional, ele vem responder a essa demanda estruturante. O projeto que está tramitando é de autoria do senador Flávio Arns, dentre tantos outros que também tramitaram na Câmara. Ele foi aprovado no Senado, foi para a Câmara e a Câmara nos devolveu. Não é o projeto dos nossos sonhos, pelo menos de nós, militantes do campo progressista da educação, mas não é também de se jogar fora, ter um sistema é importante. O que é que nós vamos fazer? Nós vamos apresentar algumas emendas, o próprio Fórum Nacional de Educação está fazendo isso, algumas entidades, isoladamente, que compõem o Fórum, estão fazendo isso.

Temos um limite de apresen-



tação de emendas, porque não podem ser apresentadas emendas com novo conteúdo, as emendas têm que ser retiradas de algum desses outros projetos, e a relatora, a Professora Dorinha, está com essa tarefa, que é uma grande tarefa, sem sombra de dúvida. Nós aprovamos a urgência da tramitação do sistema por consenso, e essa urgência leva o projeto direto para o plenário. Então, na terça-feira, 7 de outubro, o projeto vai ser votado no plenário do Senado Federal. Temos várias emendas importantes, mas há uma que diz respeito à democratização da gestão e à participação social.

A gente tem o Fórum Nacional de Educação, que se repete nos estados: Fóruns Estaduais de Educação e Fórum Municipal de Educação. Basta dizer a você que, quando o Bolsonaro assumiu, a primeira coisa que ele fez foi extinguir o Fórum Nacional. Aí você vê a importância que esse instrumento tem no debate, na formulação, no monitoramento das políticas educacionais. Pois bem, o sistema, tal qual o relatório que nos foi devolvido, só contempla o Fórum Nacional de Educação como obrigatoriedade, facultando a existência ou não dos fóruns estaduais.

Então, a gente quer emendar para garantir que os fóruns estaduais não só existam, permaneçam como hoje já existem, mas possam também ampliar a sua capacidade de atuação. Tem relação com o PNE, pode impactar positivamente quando o Plano Nacional de Educação chegar para a nossa votação, porque são matérias correlatas que se comunicam.

- Sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), embora tenha sido elaborado em um processo de amplo debate com a sociedade, ainda pesam críticas, em especial quanto ao financiamento e a discussão de violência de

gênero - o Brasil é o 5º país com mortes violentas de mulheres no mundo, dados de 2024. Como avançar nesses temas?

- Como você diz, o PNE é fruto de um amplo debate, inclusive da Conferência Nacional de Educação, que não se realizou durante o governo Bolsonaro. Nós fizemos uma Conferência Nacional de Educação Extraordinária no início de 2024. Extraordinária, porque o único ponto de pauta foi o Plano Nacional de Educação, com

“A anistia é tão perversa para a democracia quanto a PEC da Blindagem”

seus objetivos, eixos principais, conjunto de estratégias e metas.

O plano mantém a estrutura do anterior, mas inova. Inova porque traz o debate da sustentabilidade e da transição climática, mas não pode estar apenas no seu enunciado, no seu temário gerador da Conferência, ele precisa estar representado no plano, e para isso temos a proposta de acrescentar mais um objetivo e desdobrar esse objetivo nas estratégias e nas

metas.

Você tem razão quando diz que um dos gargalos do plano é o financiamento. Nós realizamos no Senado um ciclo de 12 audiências públicas. Em cada audiência nós juntamos as entidades de atuação semelhante, entidades de pesquisa científicas, de gestores de todos os níveis, do movimento sindical, de estudantes, entidades correlacionadas com as pautas de inclusão social, que defendem a equidade de gênero, de raça, e como a política de inclusão e de afirmação de direitos precisa estar escrita no Plano Nacional de Educação.

Todas essas entidades, praticamente, reivindicaram três ou quatro aspectos para a melhoria do Plano Nacional de Educação. Um deles, que as metas sejam mais definidas, mais objetivas, mais compreensíveis, e que apresentem também condições de serem alcançadas.

Não ficar elucubrando muito com as metas: é isso que eu quero, é isso que eu vou fazer. Uma outra questão que também foi levantada foi o sistema de monitoramento deste plano. As metas estão lá, com prazo, mas se formos esperar o prazo de 10 anos para concluir que a meta não foi alcançada, perdemos tempo em redirecionar essa meta, de reposicionar.

A dinâmica da sociedade é muito célere, as mudanças também devem ser, por isso, precisamos que o plano acompanhe. E isso é possível fazer, sim, a partir de um processo de monitoramento, de reposicionamento, caso aquela meta não esteja adequada para o alcance da estratégia e consecução de um objetivo maior. A questão também levantada por todos foi a do financiamento. O plano prevê usar os recursos que temos hoje, que são recursos vinculados à educação na ordem de 25% para estados e municípios e 18% para a União, que é o que chamamos

de recursos vinculados do orçamento geral. Isso se subvincula ao Fundeb, você tem razão, temos que ter um olhar, uma estratégia para o Fundeb, porque ele tem vida limitada.

Tem que ter os ajustes do custo aluno-qualidade, do custo aluno-qualidade inicial, o chamado CAQI. Tudo isso ainda está por ser definido, mas aponta para a utilização de 10% do PIB na educação. Hoje, nós aplicamos 5% e um pouco mais.

O que nós pensamos em fazer e já está em curso, junto com a Comissão Especial criada na Câmara, foi iniciativa da deputada Tabata Amaral, junto com o relator, e apoiada também pelo MEC, nós fomos consultados, achamos que é importante, mas acrescentamos um dado. A comissão da Câmara está querendo levantar-se, e para isso contratou experientes instituições, o custo do Plano Nacional de Educação. Quanto vai custar esse plano nacional ao longo dos 10 anos de sua vigência? Ótimo, eu aprovei isso. Mas eu fiz a seguinte pergunta: de onde virão esses recursos?

Você falou em arcabouço fiscal, nós estamos fora do arcabouço, mas a política fiscal e tributária do Brasil também sofre muitas pressões e muitas interferências. Que recursos poderemos usar para além dos vinculados e do pré-sal, para assegurar, por exemplo, a universalização da escola em tempo integral, que já sabemos ser um fator importante de qualidade e de inclusão? Por exemplo, a universalização da creche, trazer a creche para a educação; a pré-escola já está, mas a creche ainda está na assistência.

Quanto custa valorizar os professores com salários dignos para não ficar essa briga do piso que temos hoje no Brasil? Essa questão do financiamento é estratégica demais, demais. E isso se vincula ao sistema. O que é que vai

competir à União? O que é que vai competir aos estados? O que é que vai competir aos municípios também nesse cofinanciamento?

Então a pergunta que eu faço, e quero que ela seja respondida no debate, é de onde a gente vai tirar esses recursos? De que novos recursos precisamos para manter o plano com financiamento suficiente e necessário ao longo desses 10 anos? Tivemos uma mesa, uma audiência pública específica sobre educação e a Fineduca,

“Cento e poucas mil pessoas vão contribuir para a isenção do IR de 10 milhões”

que é uma entidade que trata de financiamento, foi muito proativa, muito criativa, nos apresentou um leque de alternativas que eu espero que, no processo de debate, por mais rápido que ele precise ser, a gente trate deste tema de maneira estratégica, para não ter uma carta de intenções.

Temos um plano para ser executado, para que suas metas sejam atingidas para alcançarmos patamares de maior qualidade e

universalização da educação no Brasil. E a questão da violência de gênero, claro que isso precisa ser cuidado, a gente já cuida, mas está sendo insuficiente, porque a escola é uma caixa de ressonância da sociedade. Ela recebe, mas ela precisa devolver, devolver com a educação.

Temos experiências importantes de educação não sexista, experiências importantes de programas, como por exemplo, Maria da Penha Vai à Escola, um programa que se propagou muito no Brasil, mas a violência de gênero na educação ela se manifesta de várias maneiras e uma delas é atingindo a maioria, na nossa categoria, que são as professoras.

Nós somos mais de 80% dos profissionais da educação e sofremos violência de gênero, porque nos patamares mais elevados de gestão, vai diminuindo a presença da mulher. Você não vê secretárias de educação em quantidade tão grande, ministras da educação, reitoras, todos esses patamares de uma gestão mais elevada do sistema, mais macro, estão na mão de homens. Isso é uma das coisas que precisamos trabalhar muito e trabalhar a violência contra a mulher em todas as suas manifestações e de maneira transversal e incluída em todos os currículos, em todos os componentes curriculares.

A escola deve ser ao mesmo tempo um ambiente que combata o racismo, que combata a homofobia, que combata a violência contra as mulheres, que trate meninos e meninas na perspectiva da igualdade, isso o plano não diz em um objetivo específico, mas ele diz, isso tem que descer das diretrizes gerais do plano para os planos estaduais sobretudo e para uma coisa que se comunica muito com o plano, que é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Os currículos precisam responder a isto, porque se não tratamos



na própria educação dos meninos, das meninas para se protegerem, para se imporem também na sua condição de mulher e dos meninos sobretudo para terem respeito, para terem um movimento na escola, que começa desde pequeno, desde pequenininho mesmo, com respeito às suas colegas, às suas professoras, a escola não estará inserida nessa questão que é uma chaga na sociedade. Isso certamente será visto com muito carinho, com muito cuidado.

- A PEC da blindagem foi rejeitada pelo Senado nesta semana, mas ainda temos pautas bomba que podem aparecer como a PEC da anistia. Como é que está a temperatura de Brasília depois das manifestações?

- Como dizia um ex-presidente, e eu até usei isso no meu pronunciamento: a voz rouca das ruas tem peso! A vida presta, a luta presta e a política presta. O enterro dessa PEC da blindagem mostrou isso. O que eu trabalho, e trabalhei muito nos meus diversos pronunciamentos, é que o povo foi para a rua contra a PEC da blindagem, mas também contra nós.

O povo está saturado desse tipo de política que o Congresso Nacional está fazendo: é chantagem em cima de chantagem, privilégios, benefícios. Como é que você tem um deputado federal que dá expediente no exterior trabalhando contra o Brasil e não é cassado? Um que está usando tornozeleira e fica nos constrangendo no plenário do Senado? Felizmente, o Presidente colocou esse em licença.

O povo fica olhando isso e eu acho que fica pensando: eu elegi esse Congresso para isso? Então, eu acho que a PEC da blindagem foi um gatilho: agora também está demais, vamos embora para a rua! Acho que funcionou com a PEC, porque ela conseguiu sintetizar todo o desrespeito, todo o absurdo da classe política para com a população e, além do mais, foi aprovada, e foi aprovada com larga margem de votos.

Então, felizmente veio a revolta, vieram aqueles atos maravilhosos no Brasil inteiro, que trouxeram a anistia também, a nossa tarefa política é fazer isso. Essa mobilização precisa ser casada com a mobilização da anistia, mostrar à sociedade que a anistia

é tão perversa, é tão ruim para a democracia e para a soberania nacionais quanto a PEC da blindagem.

São esferas diferentes de exercício do poder, são esferas diferentes de envolvimento das instituições, mas ambas, cada uma a seu modo, são perversas e a anistia precisa ser derrotada tal qual foi a PEC da blindagem. Como é que está o clima no Senado? Causou efeito. Causou tanto efeito que os bolsonaristas fizeram o debate contra os atos, chamaram os atos de ato da Lei Rouanet, desdenharam do povo, disseram que tinha sido tudo manipulado por nós, desdenharam do Supremo Tribunal, ainda apresentaram emendas, o senador Moro apresentou emendas à PEC, eles fizeram toda uma narrativa, todos os aparatos possíveis no debate, nas narrativas, até para gerar conteúdo para as redes sociais, mas na hora de votar, ninguém botou sua digital. Ninguém.

A PEC foi derrotada por unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça. Foi isso que nos deu a chance de não levá-la ao plenário. A ida da PEC ao plenário foi apenas para cumprir um rito e em respeito ao presidente do Senado, que foi importante, também, nesse processo, para poder conceder-lhe a palavra final: “Conforme o regimento do Senado, por ter sido derrotada por unanimidade, esta PEC será solenemente arquivada”. Então, a nossa tarefa política, da militância e de todos nós, é mostrar também, inclusive nos aspectos que nós mostramos na PEC da blindagem, e o relator teve esse cuidado, nos aspectos técnicos, jurídicos e constitucionais: a anistia é inconstitucional.

Quem estabelece a pena, quem condena e quem define a quantidade e o tamanho da pena é o Supremo Tribunal. Como eles têm uma briga imensa com o Supremo Tribunal, eles querem reme-

ter para o Congresso uma tarefa que não é do Congresso.

Na Câmara, foi outro absurdo, aprovou a urgência de um projeto sem saber que projeto é esse. Então, tem muita água para rolar, ainda, mas temos que segurar essa onda da mobilização. A sociedade respondeu, e respondeu muito bem, para que a gente restabeleça, como estamos aos poucos restabelecendo, os patamares de uma normalidade democrática no nosso país.

- Nesse momento da relação do governo com o Senado, queria ouvir a sua avaliação, porque essa semana também aconteceu a aprovação do projeto de imposto de renda de quem ganha até R\$ 5 mil, como é que a senhora avalia a relação do governo com o Senado?

- O Senado está assumindo o seu papel de casa revisora, de um espaço majoritário. Os cargos dos senadores são cargos majoritários, e nós estamos cansando de chantagem, porque o projeto de lei do imposto de renda, é uma das coisas fundamentais.

Foi promessa de campanha de Bolsonaro, mas Bolsonaro não implementou, e tirou, inclusive, da campanha de Fernando Haddad, que apresentou essa questão. Pelo contrário, foram sete anos sem revisão da tabela do imposto de renda. Então, é um projeto estratégico para promover justiça tributária, “Ah, no Brasil se paga muito imposto”, dizem alguns.

Os mais ricos, os chamados BBBs, os bilionários, as bets, os bancos, aqueles que têm lucros e dividendos, não pagam, é um tantinho assim, é uma injustiça. Quem ganha menos paga proporcionalmente mais, mas quem ganha mais, efetivamente fica sem contribuir com a arrecadação, que é de onde vêm as condições para se fazer as políticas públicas para todos e para todas, o povo está

começando a compreender isso. Está lá na Câmara o projeto que o executivo mandou, nas mãos de Arthur Lira, ex-presidente, que tem uma grande influência.

Qual é a discordância dele desse projeto, e é aí que vemos a concepção política de cada bloco, de cada grupo político aqui no Brasil. Eles são contra isentar imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil, diminuir a alíquota progressivamente para quem ganha até R\$ 7.500? Não. Porque eles têm eleitores nessa faixa, é feio para eles dizerem isso, por isso eles ficam com o discurso de um país que taxa muito, que cobra muito imposto. O que eles são contra é a compensação para o pico da pirâmide, onde estão apenas pouco mais de 100 mil pessoas.

Cento e poucas mil pessoas vão contribuir com a isenção do imposto de renda de 10 milhões de pessoas, veja que desigualdade. Então, a gente vai para cima, o Senado vai para cima. Nós já aprovamos na CAE, a Comissão de Assuntos Econômicos.

Os projetos não são iguais, mas são de igual teor, e vamos fazer as adequações, porque é essa a pauta que o povo quer. O povo quer uma pauta que melhore a sua qualidade de vida e o presidente Lula tem feito, como maior líder, agora já mundial, podemos dizer assim, depois daquele discurso histórico na ONU, ele tem feito muito bem essa comunicação com o povo.

- E o que a senhora espera de resultado dessa “química” entre o Trump e o Lula, Como a senhora avalia esse momento dele?

- Eu acho que foi um momento histórico, foi um discurso mais que perfeito. Abordou todas as coisas que estão acontecendo no mundo, desde a guerra, desde o genocídio em Gaza, até a afirmação da democracia, até o combate às desigualdades, a importância da COP, a transição climática, a

autonomia dos povos no respeito à democracia.

Foi realmente uma coisa de muito valor histórico para a própria ONU, aliás, essa reunião da ONU foi muito boa. A fala da autoridade palestina, a retirada das delegações quando o genocida de Israel foi falar. O Trump quis brilhar, essa é a verdade, ele viu que estava arrasado: “Eu vou tirar uma casquinha aqui, vou dizer que deu química”, porque se deu química e ele fez um discurso que foi o oposto do discurso do presidente Lula, o discurso dele foi a afirmação de tudo que ele é e de tudo que ele está fazendo.

Agora, é importante restabelecer o diálogo, sim, o diálogo diplomático, o diálogo institucional. O Brasil, primeiro, tem que acabar com essas mentiras ditas por Trump de que a balança comercial prejudica os Estados Unidos, o que o Brasil cobra muito, pelo contrário, não prejudica.

Também é uma resposta aos prejuízos que o tarifaço está trazendo para os próprios Estados Unidos em determinados produtos, sobretudo o café. Então, pode ser que gere, não vai gerar nenhuma relação mais próxima do ponto de vista político, mas pode ser que gere alguma influência positiva no tarifaço, porque era isso que Haddad ia apresentar na reunião que foi agendada com hora, dia e local, com o correspondente do ministro da Fazenda, que é um representante do Tesouro dos Estados Unidos, e o deputado lá, o Bananinha, exigiu que a reunião não acontecesse. Então, isso retardou muito o processo de negociação do tarifaço.

Para mim, a reunião vai se restringir ao tarifaço, a não ser que eu esteja enganada. E acho que Lula fez muito bem de não querer uma reunião pessoal, que seja uma reunião ou por vídeo, ou uma conversa por telefone, a sabedoria de Lula também atuou fortemente nesse caso. ■



A queda do desemprego para 5,6% em agosto foi impulsionada pela contratação em setores como educação, saúde e transporte, além da safra agrícola, segundo o IBGE

Ocupação e renda batem recorde histórico, aponta IBGE

Taxa de desocupação caiu para 5,6% no trimestre encerrado em agosto, menor nível desde 2012. População ocupada chegou a 102,4 milhões e renda média foi de R\$ 3.488, segundo o IBGE

Redação Focus Brasil*

O Brasil registrou em agosto de 2025 a menor taxa de desemprego desde o início da série histórica da PNAD Contínua, em 2012.

A taxa de desocupação ficou em 5,6% no trimestre encerrado em agosto, repetindo o resultado do trimestre anterior e consolidando o menor patamar em 13 anos, segundo dados divulgados nesta terça-feira (30/9) pelo IBGE.

São 6,1 milhões de pessoas desocupadas, o menor contingente já medido. O número representa queda de 9% em relação a maio

(menos 605 mil pessoas) e de 14,6% frente a agosto de 2024 (menos 1 milhão).

Ao mesmo tempo, a população ocupada alcançou 102,4 milhões de brasileiros, também recorde histórico. Outro dado positivo é o avanço da formalização: os empregados com carteira assinada no setor privado chegaram a 39,1 milhões, o maior número da série. O rendimento médio real ficou em R\$ 3.488, estável em relação a maio e 3,3% acima do registrado um ano antes.

Mais empregos e novos perfis de ocupação

O nível de ocupação, ercentual de pessoas em idade de trabalhar que estão efetivamente emprega-

das, atingiu 58,1%, também recorde. A taxa de subutilização caiu para 14,1%, menor desde 2012.

Já o desalento, que mede aqueles que desistiram de procurar emprego, recuou para 2,4% da população, o menor índice desde 2016. Isso mostra que mais brasileiros voltaram a buscar vagas e encontraram oportunidades.

Entre os setores, a administração pública, educação e saúde somou mais 760 mil pessoas em relação a 2024. O setor de transporte e armazenagem também avançou, com mais 311 mil ocupados.

A agricultura puxou a expansão no trimestre, com destaque para a safra de café no Nordeste e Sudeste. Por outro lado, os serviços domésticos perderam postos,



reflexo de trabalhadores migrando para empregos mais bem remunerados.

O contingente de empregados no setor privado chegou a 52,6 milhões, dos quais 39,1 milhões com carteira assinada — recorde histórico. Os empregados sem carteira caíram 3,3% em um ano.

No setor público, houve aumento de 340 mil trabalhadores. Já entre os por conta própria, o total alcançou 25,9 milhões, sendo 19,1 milhões sem CNPJ. A taxa de informalidade permaneceu em 38% da força de trabalho, praticamente estável.

Renda em alta e importância histórica

O rendimento médio real do trabalho chegou a R\$ 3.488 e a massa de rendimentos a R\$ 352,6 bilhões, maior valor já registrado, impulsionados pela formalização e pelo aumento do emprego. Houve ganhos em várias categorias: empregados com carteira (2%), sem carteira (5%), domésticos (5,3%), setor público (4,1%) e conta própria (4,6%).

Em termos de atividades, houve alta em agricultura (6,6%), construção (5,1%), administração pública e saúde (3,7%) e serviços domésticos (5,3%).

Desde 2012, a pesquisa nunca havia mostrado resultados tão favoráveis. Para o IBGE, os dados de agosto consolidam uma tendência iniciada em 2023 e reforçam que o mercado de trabalho brasileiro vive sua fase mais positiva em mais de uma década. ■

Com Informações do IBGE e Planalto



CPMI do INSS: Careca depõe e presidente da Conafer é preso

Comparecimento de “Careca do INSS” foi marcado por embates entre seu advogado e parlamentares; presidente da Conafer recebeu voz de prisão ao final do depoimento

Fernanda Otero

Compareceu à CPMI do INSS na quinta-feira (25), o empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, preso desde setembro e conhecido como “Careca do INSS”. Foi uma sessão tumultuada, algo que tem marcado os trabalhos. Camilo Antunes depôs por mais de 7 horas e iniciou lendo uma carta onde declarou que toda a sua “prosperidade é fruto de trabalho honesto e dedicado” e que nunca possuiu “patrimônio oriundo de roubo ou de qualquer prática”.

Acompanhado do advogado Cleber Lopes, ele encerrou a lei-

tura dizendo que não responderia aos questionamentos do relator, deputado Alfredo Gaspar (União Brasil), alegando que o deputado lhe havia julgado e condenado quando afirmou que ele seria “o autor do maior roubo da história do país”.

Camilo Antunes é apontado pela Polícia Federal como um dos principais operadores do esquema fraudulento que lesou aposentados. O empresário, dono de uma frota de carros de luxo, 22 empresas e imóveis no exterior, atua como lobista discreto em Brasília e detém procurações para representar entidades que cobram mensalidades de aposentados.

O relator iniciou seus questionamentos repetindo a afirmação,

provocando reação do advogado, que tentou usar a palavra sem sucesso. O advogado levantou-se e ameaçou abandonar o plenário, quando o deputado Zé Trovão saiu de seu assento e partiu para cima do advogado de defesa. A polícia legislativa foi acionada e a sessão suspensa.

Deputados relacionam esquema ao governo Bolsonaro

O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) confrontou o empresário com questionamentos sobre as origens do esquema fraudulento. Pimenta destacou a parceria do empresário com a entidade Ambec, apontando a criação “curio-



sa” de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para uma instituição com apenas três associados.

O parlamentar apontou conexões entre a iniciativa e ex-funcionários da Geap Saúde, incluindo a suposta participação do pai de um ex-presidente daquela operadora.

Ao vincular a cronologia dos fatos, Pimenta relacionou os descontos indevidos que lesionaram aposentados ao período de 2021 e 2022, demonstrando uma permissividade do governo Bolsonaro como facilitadora do modelo de prestação de serviço adotado nos ACTs.

O deputado Rogério Correia (PT-MG) apresentou conexões entre o esquema fraudulento e integrantes do governo Bolsonaro. O parlamentar exibiu imagens de 2018 que mostram o ex-ministro Onyx Lorenzoni e o deputado Osmar Terra em reunião com médicos peritos do INSS durante a transição governamental.

Correia citou registro da Associação Nacional de Médicos Peritos (ANMP) sobre encontro com o então presidente Jair Bolsona-

ro, que teria expressado surpresa com números sobre desvios no INSS.

Como desdobramento das investigações, o deputado anunciou requerimento para convocar os médicos peritos presentes na reunião de 2018 e pediu a prisão do advogado Nelson Willians, que também já prestou depoimento na comissão.

Presidente da Conafer

Em depoimento à CPMI na segunda-feira, 29, o presidente da Conafer, Carlos Roberto Lopes, admitiu que o esquema de descontos ilegais em aposentadorias se expandiu durante o governo Bolsonaro, embora o acordo com o INSS tenha sido firmado em 2017. Dados da Polícia Federal indicam que a entidade pode ter desviado aproximadamente R\$ 688 milhões entre 2021 e 2025.

O deputado Paulo Pimenta destacou o crescimento explosivo da Conafer — de 718 para 42.810 associados em um mês — e apontou possíveis conivências governamentais. Como evidência, citou

a exoneração de uma diretora do INSS que abriu processo de fiscalização, substituída por um indicado do então ministro Rogério Marinho, atual senador e membro da comissão parlamentar.

O deputado Alencar Santana (PT-SP) mostrou que a arrecadação da entidade saltou de R\$ 362 mil em 2019 para R\$ 58,5 milhões em 2020 — um aumento de 16.000% em um ano.

Já o deputado Rogério Correia (PT-MG) destacou que a mesma Conafer tentou obter autorização para firmar ACT durante o governo Dilma em 2013 e 2014, mas foi barrada pelo INSS, que então restringia tais acordos a entidades sindicais. A mudança crucial ocorreu em setembro de 2016, já no governo Temer, quando a interpretação foi alterada para permitir que entidades associativas também firmassem ACTs — abertura que posteriormente facilitaria o esquema fraudulento.

Voz de prisão

O presidente da CPMI, senador Carlos Viana (Podemos-MG), determinou a prisão após solicitações de parlamentares que acusaram Lopes de mentir deliberadamente em seu testemunho. “Ele tentou de todas as maneiras nos convencer de que se tratava de uma operação perfeitamente legal e correta. Não é. Nós sabemos muito bem que isso é lavagem de dinheiro, dinheiro dos aposentados”, declarou o senador.

Lopes estava depondo na condição de testemunha, o que o obrigava legalmente a dizer a verdade. Ele foi preso na madrugada desta quarta-feira (30) sob acusação de falso testemunho, após mais de nove horas de depoimento à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS. O empresário foi liberado aproximadamente às 4h, após pagar fiança de R\$ 5 mil. ■



Semana em Debate analisa Lula na ONU e o recuo da extrema direita

Redação Focus Brasil

O programa Focus Brasil - Semana em Debate, da Fundação Perseu Abramo (FPA), analisou na última edição, transmitida na sexta-feira (26/9) no YouTube da Fundação, dois eixos centrais da conjuntura política: o impacto do discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Assembleia Geral da ONU e os sinais de enfraquecimento da extrema direita no Brasil. A atração vai ao ar sempre às sextas-feiras, às 19h. Confira o episódio completo aqui.

Na edição mais recente, participaram o coordenador de comunicação da Fundação, Pedro Camarão, o vice-presidente da entidade, Brenno Almeida, e a pesquisadora em filosofia, relações internacionais e direitos humanos, Ana Beatriz Gomes (Biazieta Gomes).

Criado como espaço semanal de análise da realidade política, social e internacional a partir da cobertura jornalística da Revista

Focus Brasil, o Semana em Debate reúne dirigentes, pesquisadores e convidados da Fundação para interpretar os fatos da atualidade à luz de perspectivas progressistas.

Lula na ONU: protagonismo internacional em foco

Os debatedores ressaltaram que a fala de Lula na ONU marcou a retomada de um protagonismo diplomático perdido nos últimos anos. Em Nova York, o presidente defendeu maior voz para o Sul Global, criticou desigualdades internacionais e apresentou o Brasil como defensor da democracia e do desenvolvimento sustentável.

“O presidente Lula já é o grande representante do Sul Global, mas a partir dessa Assembleia ele se tornou o grande líder da região. Ele fez uma fala de estadista, conseguindo pontuar os principais problemas deste colapso mundial que enfrentamos”, afirmou Biazieta.

O tom crítico de Lula às potências econômicas também foi destacado. “O discurso do Lula parte

da premissa que ele viu o mundo a partir dos olhos do Brasil. Então toda a digressão do presidente parte de um olhar brasileiro de defesa da democracia e da soberania do país. Ele critica a postura dos Estados Unidos em relação às taxações de maneira global, sem precisar falar especificamente do Brasil”, completou Brenno Almeida.

Além da repercussão diplomática, o programa comentou a possível reunião entre Lula e Donald Trump, ex-presidente dos Estados Unidos. Para os debatedores, a troca de recados e a hipótese de um encontro indicam que o Brasil voltou a ser ator relevante nas grandes disputas políticas globais, mas também trazem o risco de uma “espetacularização” das agendas internacionais.

Extrema direita: dificuldades e reorganização possível

No segundo bloco, o Semana em Debate concentrou-se na cena doméstica. Os participantes apontaram que a extrema direita enfrenta dificuldades de mobilização e acumula derrotas recentes no Congresso. Segundo os debatedores, a pressão popular e a atuação das instituições têm funcionado como freios a projetos autoritários.

“A extrema direita não tem político. Tem pessoas que estão na política por questões de dinheiro e poder. É quase que uma monarquia dentro do Legislativo. Há até uma saudade de quando era possível debater com uma direita que ainda tinha valores democráticos”, avaliou Biazieta.

Pedro Camarão resumiu o debate ao definir a extrema direita como “antipovo, que defende os interesses privados, é patrimonialista, a favor do orçamento secreto e ainda tentou aprovar a PEC da Blindagem”. ■



Valter Campanato/Agência Brasil

Atacar o PT, a UNE e o governo Lula no Movimento Estudantil seria uma linha-auxiliar da extrema direita nas universidades?

O movimento estudantil brasileiro vive uma disputa histórica entre a maioria que atua junto com o governo Lula e setores que se colocam em oposição. Essa oposição, embora se reivindique de esquerda, muitas vezes cumpre um papel que só interessa à direita

Arthur Gimenes*

Hoje, grande maioria das entidades estudantis como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), entre outras, são dirigidas por um campo chamado de majoritário, composto por juventudes e correntes de diversos partidos de esquerda, tendo como destaque a União

da Juventude Socialista (UJS), do PCdoB, que preside ambas as entidades e o Coletivo ParaTodos, da JCNB e Juventude do PT, que está na vice-presidência da UNE e UBES.

Porém, dentro do Movimento Estudantil, forças ditas de “extrema-esquerda” ou de “oposição de esquerda” com base ideológica majoritariamente trotskista e/ou “marxistas-leninistas” que fazem oposição ao campo majoritário das entidades estudantis. Seria uma linha auxiliar da direita brasileira dentro das universidades?

Alguns marcos na Educação do Governo Lula III

Desde quando Lula assumiu o seu terceiro mandato em 2023 após uma derrota histórica contra Bolsonaro e o Bolsonarismo, a educação passou a ser prioridade para o Governo do Brasil após um apagão na pasta com os governos Temer e Bolsonaro. Logo em fevereiro de 2023, o presidente Lula ao lado do ministro da Educação Camilo Santana, da ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação Luciana Santos e dos presidentes da CNPq e CAPES, Ricardo Galvão e Mercedes Bustamante, anunciou o aumento nos valores das bolsas de pós-graduação e iniciação científica e na quantidade de bolsas a serem concedidas, atendendo 258 mil bolsistas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O último reajuste nos valores das bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado ocorreu em abril de 2013. Também há cerca de dez anos não havia uma recomposição do número de bolsas (GOV.BR, 2023), um grande marco para a pesquisa e extensão no Ensino Superior brasileiro.

Ainda em 2023, Lula, ao lado da UNE e da UBES sanciona a nova Lei de Cotas, constando também a prioridade para os cotistas no recebimento do auxílio estudantil e a extensão das políticas afirmativas para a pós-graduação (GOV.BR, 2023).

Em fevereiro de 2024, Lula em mais uma decisão acertada anuncia a criação do programa “Pé-de-Meia”, programa esse de incentivo financeiro-educacional voltado a estudantes matriculados no ensino médio público beneficiários do Cadastro Único para Progra-

mas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

O programa funciona como uma poupança para promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes nessa etapa de ensino. Seu objetivo é democratizar o acesso e reduzir a desigualdade social entre os jovens, além de fomentar a inclusão educacional e estimular a mobilidade social.

O estudante do ensino regular recebe o pagamento de incentivos mensais no valor de R\$ 200, que podem ser sacados em qualquer momento. O beneficiário do Pé-de-Meia ainda recebe R\$ 1.000 ao final de cada ano concluído, que só podem ser retirados da poupança após a formatura no ensino médio.

Considerando as parcelas de incentivo, os depósitos anuais e o adicional de R\$ 200 pela participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), os valores chegam a R\$ 9.200 por aluno (GOV.BR, 2025).

A oposição controversa ao governo Lula

Enquanto o governo do presidente Lula, ao lado das entidades estudantis como UNE e UBES comandadas por essa frente majoritária, chamada pela “esquerda radical” de “imobilistas” são conquistados, ao lado do governo marcos históricos para a educação básica e para o ensino superior, mesmo assim essa majoritária é chamada de neoliberais, conciliadores com a classe burguesa, entre tantas outras nomenclaturas que sabemos que não cabe ao governo do presidente Lula, tampouco ao PT e PCdoB.

O que a oposição de esquerda fez pela educação brasileira, pelo Ensino Básico e Superior? Para que sem embasamento teórico e prático ir contra as entidades es-

tudentis que são pontas de lança na defesa de um país democrático e soberano com escolas e universidades públicas, gratuitas e de qualidade e que ao lado do governo Lula realmente transforma a educação?

Determinados grupos e partidos da “oposição de esquerda” teceram diversas críticas pelo presidente Lula ser convidado e compor espaços como as duas últimas edições do Congresso da UNE (CONUNE).

Como é possível setores ditos de esquerda serem contra a vinda de um presidente de esquerda e que atendeu em seus outros dois mandatos e atende as demandas dos estudantes?

Breve resgate histórico da educação nos governos Lula I e II

Vale a pena fazer um resgate histórico dos marcos dos governos do presidente Lula durante os mandatos de 2003 a 2010. Em 2008, sob a gestão de Fernando Haddad no Ministério da Educação, por meio da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro daquele ano foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (IFPB, 2023), os Institutos Federais que é o maior exemplo de democratização ao acesso do ensino superior e técnico no Brasil e na América Latina, que em 2024 Lula anunciou a criação de 100 novos Institutos Federais que abrirão 140 mil vagas em cursos (EBC, 2024).

Devemos lembrar também uma outra importante conquista para os jovens, filhos da classe trabalhadora brasileira, o Programa Universidade para Todos (ProUni) criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, tendo como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação

e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

Um modelo consolidado na educação brasileira que já beneficiou 3,4 milhões de estudantes em 20 anos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2025). Programa esse que quase a maioria da oposição à gestão da UNE foi contra nos processos congressuais.

Enquanto as gestões majoritárias das entidades estudantis trabalham ao lado do governo Lula para abrir caminhos, o que a dita “oposição de esquerda” faz pela educação, pelos estudantes brasileiros? Qual é o objetivo em fazer oposição a um governo de esquerda? Ser linha auxiliar da extrema-direita no dentro das universidades e escolas brasileiras?

É importante lembrar que os nossos inimigos e opositores não estão no campo da esquerda, e sim no campo da direita, como Tarcísio de Freitas (Republicanos) que insiste em atacar a educação básica com a precarização das Escolas Estaduais e tentativas de privatizações e militarização, além do sucateamento das universidades e faculdades estaduais como USP, UNICAMP e em especial a UNESP e FATEC.

Essa é a reflexão que devemos fazer: os nossos inimigos não estão dentro das entidades estudantis, das escolas, das universidades e muito menos dentro da esquerda.

Como alguém que acompanha e compõe o Movimento Estudantil desde a entrada na Juventude do PT é triste ter que fazer uma leitura como essa: triste, porém necessária. ■

*Arthur Gimenes é estudante de Administração Pública na FCLAr/Unesp, é militante da Juventude do PT, Coletivo ParaTodos e Núcleo Caravana do PT. Também é membro do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Araquara e preside o Conselho Municipal de Juventude.



Divulgação

Cena de “O último Azul”, com Rodrigo Santoro e Denise Weinberg; filme teve apoio de políticas públicas

Apoio do Estado ao audiovisual brasileiro é o maior em dez anos, aponta MinC

Dados reunidos pelo Ministério da Cultura mostram que a quantidade de filmes e séries, para todas as telas, que se utilizam de ferramentas de incentivo e financiamento estatais é a maior desde 2015

Redação Focus Brasil

A Agência Nacional de Cinema (Ancine) divulgou nesta semana um painel de produções audiovisuais brasileiras que mostra que a quantidade de filmes e séries que contaram com apoio estatal é a maior desde 2015.

Em 2024, 561 produções tive-

ram apoio, por intermédio de uma entre duas ferramentas de apoio e fomento coordenadas pelo Governo Federal, o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e as leis de incentivo da Ancine, ou de uma combinação entre elas. Em 2015, início da amostragem, foram 192.

Mesmo ainda não encerrado, o ano de 2025 já ultrapassou o resultado de dez anos atrás. Até o momento, são 313 produções.

A soma de todas as produções audiovisuais cadastradas pela Ancine em 2024 - incluindo aquelas

que se utilizaram de outras fontes de financiamento - foi de 1.065. Em 2015, foi de 704.

Os dados podem ser encontrados no site da Ancine, no painel do Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (OCA).

Esse painel foi atualizado. A nova ferramenta, por meio de filtragem e listagem de títulos, permite identificar, de forma simples e transparente, as obras audiovisuais brasileiras realizadas com utilização de fontes de financiamento público geridas pela Agência, como o Fundo Setorial do Audiovisual - FSA e as Leis de Incentivo.

O novo filtro se soma a outros disponíveis no painel interativo e pode ser utilizado na aba 7 do Painel da Produção Audiovisual Brasileira, que agora conta com um filtro específico relacionado à presença ou não de recursos públicos geridos pela Ancine nas obras audiovisuais, além da identificação de outras fontes de financiamento, se for o caso.

Os dados e informações constam dos Certificados de Produtos Brasileiros - CPBs (documento emitido após o registro da conclusão de obra brasileira na Ancine).

Como funciona

Mesmo produções de grande porte, como o filme “O Último Azul”, dirigido por Gabriel Mascavo, contam com apoio estatal, combinado com outras fontes de financiamento. O apoio estatal, inclusive, pode funcionar como detonador de um processo maior de obtenção de recursos junto à iniciativa privada.

Os recursos do Fundo Setorial do Audiovisual, uma das principais fontes de financiamento público, vêm de contribuições recolhidas pelos agentes do mercado, principalmente da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) e do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel). O FSA foi criado em 2006. ■



Ricardo Stukert

Discurso, declarações e encontros: os destaques de Lula na 80ª Assembleia da ONU

Na 80ª Assembleia Geral, Lula defendeu reformas na ONU, condenou o genocídio em Gaza, lançou a Aliança contra a Fome e anunciou US\$ 1 bilhão para o Fundo de Florestas Tropicais

Redação Focus Brasil

Na terça-feira da última semana (23/9), o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva abriu a 80ª Assembleia Geral da ONU, em Nova York, reafirmando a defesa da democracia, da paz e do multilateralismo. “A única guerra de que todos podem sair vencedores é contra a fome e a pobreza”, disse, lembrando que o Brasil saiu do Mapa da Fome em 2025, mas que ainda há milhões em insegurança alimentar.

O presidente lançou a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, defendeu a reforma da ONU e cobrou metas concretas contra a crise climática. “A fotografia de 2025 não é mais a de 1945. É preciso ter mais países, acabar com o direito de veto e respeitar as votações”, afirmou.

Na quarta-feira (24/9), Lula encerrou sua agenda em Nova York com encontros multilaterais e bilaterais, além de um evento sobre democracia. Antes de retornar ao Brasil, declarou sentir-se otimista e destacou a expectativa para a COP30, em Belém, em novembro: “Nós queríamos reforçar na ONU a ideia do multilateralismo, da de-

mocracia e a nossa COP30”.

Confira momentos de destaque da participação de Lula na 80ª Assembleia Geral da ONU, em Nova York

Reformulação da ONU

“A fotografia de 2025 não é a de 1945”, disse Lula, ao defender uma ONU mais representativa, sem direito de veto e com participação efetiva dos países do Sul Global. Para ele, a falta de mediação internacional tem prolongado conflitos como em Gaza e na Ucrânia.

Palestina e Gaza

Na segunda (22/9), Lula partici-

pou de conferência internacional convocada por França e Arábia Saudita e defendeu a solução de dois Estados, com fronteiras de 1967 e Jerusalém Oriental como capital. “Tanto Israel quanto a Palestina têm o direito de existir.”

Anúncios e metas

Durante a Assembleia (23/9), lançou a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e anunciou o aporte de US\$ 1 bilhão no TFFF. Destacou a meta de zerar o desmatamento até 2030 e a apresentação de novas NDCs pelo Brasil.

Democracia e combate ao extremismo

Na quarta (24/9), participou do evento “Em Defesa da Democracia, Combatendo Extremismos” com líderes como Boric, Sánchez, Petro e Orsi. “Somente a democracia será capaz de reconstruir o multilateralismo”, disse, questionando por que a extrema direita cresceu e provocando: “É virtude deles ou incompetência nossa?”

Encontros bilaterais

Entre os dias 22 e 24/9, Lula teve reuniões com a presidenta do Peru, Dina Boluarte, que confirmou presença na COP30, e com o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, a quem reiterou não haver saída militar para o conflito. Também se reuniu com o secretário-geral da ONU e recebeu o rei e a rainha da Suécia.

Encontro com Trump

Nos bastidores, Donald Trump elogiou Lula e propôs uma reunião entre os dois. “Eu vou tratá-lo com o respeito que merece o presidente dos Estados Unidos e ele certamente vai me tratar com o respeito que merece o presidente do Brasil”, disse Lula, destacando que soberania e democracia brasileiras “não são discutíveis”. ■



UN Photo/Reprodução

Delegações deixam cadeiras vazias durante discurso de Netanyahu na ONU

Representantes brasileiros estão entre os que abandonaram o salão

Agência Brasil

Delegações de diversos países – dentre elas a brasileira – deixaram, ao mesmo tempo, o plenário da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), na última sexta-feira (26), no momento em que o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, subiu ao parlatório para discursar.

O protesto foi combinado previamente entre as delegações, em crítica aos ataques israelenses contra a Faixa de Gaza, que já duram quase dois anos e fizeram mais de 60 mil vítimas.

Ordem na sala

Quando Netanyahu iniciou seu discurso, os delegados foram chamados à ordem: “Ordem na sala, por favor!”, pediu o mestre de cerimônia.

Diante de uma sala praticamente vazia, um momento histórico nas Nações Unidas, Benjamin Netanyahu afirmou que os inimigos de Israel são os inimigos de todo o mundo, inclusive de seu maior parceiro, os Estados Unidos.

“Odeiam a todos nós da mesma forma. Eles querem arrastar o mundo moderno para o fanatismo”.

O Ministério das Relações Exteriores informou que não fará “manifestações adicionais” sobre o ocorrido. ■



“Os olhos do mundo devem estar em Gaza”, diz Luizianne Lins, deputada brasileira que integra flotilha Global

Parlamentar integra flotilha que tenta romper bloqueio marítimo imposto por Israel e levar ajuda humanitária à Faixa de Gaza

Fernanda Otero

A flotilha Global Sumud Flotilla, que partiu em 13 de setembro do porto tunisino de Bizerte para unir-se a outras embarcações que saíram da Espanha no dia 1º, está a apenas dois dias de chegar ao seu destino: Gaza. A ação é a maior tentativa até o momento de romper o bloqueio marítimo imposto por Israel desde 2007, e leva ajuda humanitária simbólica, principalmente alimentos e medicamentos, para chamar atenção à crise humanitária na região.

Entre os brasileiros que acom-

panham a ação está a deputada federal Luizianne Lins (PT-CE), que falou com exclusividade à Focus Brasil. “Hoje à noite (30/09) possivelmente nós entramos na faixa de conflito que Israel se arvora de ser dono: o espaço territorial marítimo, algo totalmente ilegal, pois são águas internacionais. Eles não têm propriedade sobre a área, mas isso só faz parte do bloqueio e do cerco que eles impõem a Gaza”, afirmou a parlamentar.

A deputada também manifestou consternação com o número de crianças palestinas mortas: “São mais de 20.000 crianças mortas, já são milhares de centenas de palestinos mortos numa guerra desumana, desigual e um genocídio, como muito bem caracteri-

zou o presidente Lula ao abrir a Assembleia Geral da ONU”.

O comboio é composto por 52 embarcações, a maioria pequenas, com navios maiores fornecendo apoio e provisões para os barcos menores. Segundo os organizadores, são mais de 46 nações representadas, com veteranos militares, médicos, religiosos e advogados. Entre os ativistas de destaque internacional estão a jovem sueca Greta Thunberg e a ex-prefeita de Barcelona, Ada Colau.

Durante o trajeto, os organizadores relataram pelo menos três incidentes de embarcações sendo alvejadas por drones: duas vezes na Tunísia, em 8 e 9 de setembro, e uma enquanto navegavam ao sul



Eden Bar Tal, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores de Israel, classificou a flotilha como “provação” e disse que ela serve ao Hamas

da Grécia, nas primeiras horas de quarta-feira, 23. No ataque mais recente, a flotilha afirmou ter sido alvo de “drones não identificados e interferência nas comunicações” durante a noite.

Os ativistas ouviram “pelo menos 13 explosões” sobre e ao redor de várias embarcações. Drones ou aeronaves também lançaram “objetos não identificados” em pelo menos 10 barcos. Embora nenhuma vítima tenha sido relatada, houve danos às embarcações e “obstrução generalizada nas comunicações”.

A ativista Greta Thunberg gravou um vídeo na quinta-feira, 24, em que disse que não tem “medo de Israel”. “Tenho medo de um mundo que parece ter perdido todo o senso de humanidade”, declarou.

Resposta internacional

Autoridades espanholas prepararam um navio patrulha offshore da Marinha para zarpar do porto de Cartagena rumo ao Mediterrâneo oriental, onde a flotilha está localizada, para auxiliar em caso de necessidade ou ataque. A Itália também anunciou o envio de navios para a área, a fim de prestar assistência ou realizar resgates.

Israel, no entanto, reiterou as fortes críticas à iniciativa, alertando que os barcos não serão autorizados a chegar a Gaza.

O oficial do Ministério das Relações Exteriores israelense, Eden Bar Tal, afirmou que o “propósito real desta flotilha é a provação e servir ao Hamas, certamente não o esforço humanitário”. Israel

declarou que qualquer recusa em seguir as advertências colocaria a responsabilidade nos organizadores.

A União Europeia alertou contra o uso de qualquer força, enfatizando que “a liberdade de navegação sob o direito internacional deve ser mantida”. O Escritório de Direitos Humanos da ONU pediu uma investigação sobre os ataques de drones.

A deputada Luizianne Lins reforçou sua esperança em chegar ao destino: “A partir desse momento a gente pede muita vigilância e atenção a todo mundo para Gaza, porque a partir de agora a gente pode sofrer ataques, interceptação e bloqueio”. ■



Berlim tem maior marcha pró-Palestina desde o início da guerra em Gaza

Organizadores falam em 150 mil pessoas nas ruas; protesto exigiu embargo de armas e denunciou cumplicidade alemã

Fernanda Otero

Mais de 100 mil manifestantes foram às ruas de Berlim, capital da Alemanha, no sábado (27/9), em solidariedade aos palestinos em Gaza e exigindo o fim da guerra entre Israel e Hamas no território devastado pelo conflito.

Os participantes entoaram palavras de ordem como “Palestina livre” e pediram uma resposta urgente à crise humanitária cada vez mais grave na região.

Segundo a polícia, cerca de 60 mil pessoas participaram da marcha pela área central de Berlim. Já os organizadores falaram em 150 mil manifestantes. Aproximadamente 1.800 policiais foram mobilizados para acompanhar o ato.

Entre as reivindicações estavam a suspensão das exportações de armas alemãs para Israel e a imposição de sanções da União Europeia contra o país, informou a agência de notícias DPA.

A marcha começou na Alexanderplatz e seguiu até a Coluna da Vitória, no distrito de Tiergarten.

Protestos cobram embargo de armas e sanções contra Israel

Cerca de 50 organizações e associações, incluindo a Anistia Internacional e o partido A Esquerda (Die Linke), convocaram o protesto.

Um ato pró-Palestina no distrito de Kreuzberg foi dispersado pelas autoridades devido ao uso de slogans antisemitas.

Os organizadores do protesto “Todos os Olhos em Gaza – Parem o Genocídio” exigiram “um fim à

cumplicidade alemã” na guerra, que classificam como genocida. Também pediram “o fim de toda a cooperação militar com Israel, incluindo a importação, exportação e trânsito de armas, munições e outros equipamentos militares”.

Em comunicado, afirmaram que “as ações do governo israelense já foram descritas como genocídio por especialistas e organizações internacionais, e o Tribunal Internacional de Justiça as investiga como tal. Embora esteja claro que o exército israelense vem cometendo atrocidades em massa em Gaza, o governo alemão continua a negar a violência”.

O partido A Esquerda (Die Linke) também acusou o governo alemão de permanecer em silêncio diante do agravamento da crise humanitária em Gaza e exortou Berlim a “finalmente agir e aumentar a pressão sobre o governo israelense para forçá-lo a mudar de rumo”. ■



Yu Kongjian, arquiteto e professor da Universidade de Pequim, criador do conceito de Cidades-Esponja

Yu Kongjian: o arquiteto das Cidades-Esponja, que fez da natureza sua obra

“Yu Kongjian foi o campesino que reinventou as cidades”, escreve J. Renato Peneluppi Jr.

J. Renato Peneluppi Jr.

Professor Yu Kongjian, da Universidade de Pequim, o campesino que reinventou as cidades, faleceu tragicamente em um acidente de avião no Brasil. Ele era um dos arquitetos paisagistas e planejadores urbanos mais renomados da China. Ficou conhecido internacionalmente por desenvolver o conceito de “Cidades-Esponja”, que propõe soluções baseadas na natureza — como zonas úmidas, corredores verdes e superfícies permeáveis — para controlar enchentes e tornar as cidades mais resilientes.

Natural de Jinhua, Zhejiang, nasceu em 1963. Ele obteve seu mestrado em horticultura pela Universidade Florestal de Pequim em 1987 e doutorado em design

pela Universidade de Harvard em 1995. Após retornar à China em 1997, fundou a Escola de Arquitetura e Design de Paisagem da Universidade de Pequim, onde foi o primeiro diretor.

Yu é fundador e primeiro diretor da Escola de Arquitetura e Paisagismo da Universidade de Pequim, além de fundador da Turenscap, uma das empresas de arquitetura paisagística mais influentes da China. Ele defende a ideia de que o paisagismo é a “arte da sobrevivência”, relacionando o design ecológico ao bem-estar social, e suas ideias aplicadas como política pública em diversas cidades da China.

Sua trajetória é marcada por reconhecimento global de suas contribuições para a arquitetura paisagística. Recebeu prêmios como o Prêmio Oberlander (2023), o IFLA Sir Geoffrey Jellicoe Award (2020) e o Cooper Hewitt

National Design Award (2023). Entre seus projetos mais conhecidos estão o Parque da Faixa Vermelha em Qinhuangdao, o Parque Qijiang em Zhongshan e o Kunming Greenway, celebrados por unir restauração ecológica e design de espaços públicos.

Cidades-Esponja

O conceito de Cidades-Esponja, desenvolvido pelo professor, propõe soluções sustentáveis para os desafios urbanos contemporâneos. Em vez de depender apenas de infraestrutura cinza, como canais e tubulações de concreto, a abordagem utiliza processos naturais para gerenciar a água da chuva. Superfícies permeáveis, zonas úmidas, lagoas e parques alagáveis permitindo absorver, armazenar e filtrar a água, reduzindo enchentes e recarregando aquíferos.

Além dos benefícios hídricos, as Cidades-Esponja contribuem

para a melhoria da qualidade da água, a mitigação das ilhas de calor e a preservação da biodiversidade, criando novos habitats em meio urbano. Também favorecem o bem-estar social ao transformar áreas ecológicas em espaços de lazer e convivência.

Segundo Yu, essa estratégia representa não apenas uma resposta aos impactos das mudanças climáticas, mas também uma nova forma de integração entre cidade e natureza, gerando qualidade de vida e sustentabilidade econômica a longo prazo.

Origem de suas ideias

O professor Yu encontrou sua inspiração para suas ideias de planejamento urbano e para o conceito de Cidades-Esponja em suas próprias raízes e vivências. Nascido em uma vila rural na província de Zhejiang, cresceu em meio a campos de arroz, terraços e sistemas tradicionais de irrigação.

Desde cedo, observou como essas paisagens agrícolas funcionavam como verdadeiras “esponjas naturais”, absorvendo e armazenando a água da chuva, ao mesmo tempo em que protegiam as comunidades contra enchentes. Essa experiência pessoal o marcou profundamente e formou a base de sua visão sobre a relação entre cidades e natureza.

Além disso, Yu recorre à filosofia tradicional chinesa, que valoriza a harmonia entre ser humano e ambiente, e à noção de “seguir as leis da natureza” (道法自然). Mais tarde, durante seu doutorado em Harvard, ele entrou em contato com teorias modernas de design ecológico. A fusão entre tradição, experiência e ciência deu origem a sua abordagem inovadora.

Pensamento crítico

Sobre o pensamento crítico do professor, recomenda-se a entrevista para Ma Qianbin, onde Doutor Yu Kongjin criticava o ur-

banismo contemporâneo, a superficialidade, o mecanicismo e a perda da organicidade nas cidades. Ele disse:

O primeiro princípio é servir às pessoas, colocar as pessoas em primeiro lugar, que é a razão mais fundamental. Sob esse princípio, sua escala — por exemplo, a escala de um edifício, a escala das ruas, a escala dos bairros — deve girar em torno das pessoas.

O segundo princípio é que a cidade deve ser econômica. Ou seja, ao construir a cidade, é preciso pensar se ela é econômica e se possui custo-benefício.

O terceiro princípio é que a cidade deve ter sua ecologia. Ela deve ser eficiente em termos de energia, ambientalmente amigável e verde. A cidade é eficiente, econômica e respeita a natureza? Ventilação natural, iluminação natural, água natural, zonas úmidas naturais, vegetação natural, sistema de wetlands, aproveitamento da água da chuva etc. Por que o ar está cada vez pior? Porque não respeita a natureza: o vento não circula, as pessoas não podem caminhar, consome muita energia e não é ambientalmente amigável.

O quarto princípio é que a cidade deve ser cultural e significativa. Se houver história, a cidade precisa ter memória, história, cultura, o que, em última análise, gera um sentido de pertencimento e identidade para as pessoas. A cidade deve ter pertencimento e identidade, como se fosse minha própria, com conotações culturais, pertencimento e identidade.

Passagem pelo Brasil

O renomado arquiteto paisagista, teve uma passagem marcante pelo Brasil, onde dialogou com autoridades, urbanistas e pesquisadores sobre soluções sustentáveis para os desafios urbanos. Em conferências e encontros

com o governo, ele apresentou sua abordagem como alternativa às infraestruturas tradicionais, enfatizando que cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife poderiam ser adaptadas a modelos que “abraçam a água” por meio de parques alagáveis, superfícies permeáveis e zonas úmidas.

Yu discutiu especialmente as enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul, a maior catástrofe climática do estado, que afetou mais de 60% do território e causou 183 mortes. Ele destacou que soluções naturais não apenas mitigam danos econômicos, mas também fortalecem a resiliência urbana e melhoram a qualidade de vida.

No dia 23 de setembro, no Brasil, o professor Yu Kongjian faleceu tragicamente em um acidente de avião. Também estavam a bordo o cineasta brasileiro Luiz Ferreira, o diretor de documentários Rubens Crispin e o piloto Marcelo Pereira de Barros. Nenhum dos ocupantes sobreviveu quando o pequeno avião caiu na cidade de Aquidauana, na região do Pantanal, em Mato Grosso.

O Professor Dr. Faith Ka Shun Chan, Chefe da Escola de Ciências Geográficas da University of Nottingham Ningbo China (UNNC), é especialista em gestão sustentável de riscos de enchentes, adaptação climática e resiliência urbana em megacidades costeiras da Ásia, lamentou profundamente a morte de Yu Kongjian e destacou que, apesar de seu falecimento, o legado do professor continuará a inspirar o planejamento urbano sustentável na China, no Brasil e no mundo.

J. Renato Peneluppi Jr. é advogado com doutorado em Administração Pública pela HUST 华中科技大学(China), Fellow Beijing Club, Coordenador do Núcleo do PT na China. ■



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

que transforma

 @fpabramo

 @fpabramo

 Fundação Perseu Abramo

 (11) 5571-2609

 fpabramo.org.br

 teoriaedebate.org.br

 fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE
FORMAÇÃO
ESCOLA
NACIONAL DE
FORMAÇÃO

NAPPs

NOPPE
Núcleo de Opinião Pública e Políticas Culturais



Centro de
Documentação e
Pesquisa Política
Sérgio Buarque
de Holanda